

SESSÕES DO PLENÁRIO

15ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de março de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika Lopes, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):-Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Bira Corôa comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 28/02/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V. Ex.^a está na condição de Líder?

O Sr. Angelo Almeida:- O Líder está ausente. Então, eu...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Na ausência do líder, V. Ex.^a pode fazer a comunicação inadiável.

Com a palavra o deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos acompanham neste momento, nós recebemos, na manhã de hoje, uma nota técnica discorrendo sobre um fato relevante para todos nós, até porque gerou, aqui, a abertura de uma CPI nesta Casa.

E nós temos aqui verdades, fatos e provas do caso Fonte Nova.

Para iniciar, quero dizer da minha felicidade de poder estar aqui neste momento para não só fazer a defesa do nosso campo, do nosso governo, mas sobretudo para também fazer a defesa da honra e da dignidade do nosso querido companheiro e líder Jaques Wagner, uma liderança que dignifica o estado da Bahia e a todos nós como seus aliados e liderados.

(Lê) “Saudade da justiça imparcial, exata, precisa. Que estava ao lado da direita, esquerda, centro ou fundos. Porque o que faz a justiça é o ‘ser justo’. Tão simples e tão banal. Tão puro. Saudade da justiça pura, imaculada. Essas são palavras de Ruy Barbosa.

(Lê) “OPERAÇÃO ESPETÁCULO

Em 26 de fevereiro, equipes da Polícia Federal fizeram operação de busca e apreensão na residência do ex-ministro e ex-governador Jaques Wagner, bem como na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no Centro Administrativo da Bahia, onde ele trabalha atualmente.

Ao mesmo tempo, os telejornais locais noticiavam a ação com alarde. Estranhamente, alguns veículos de comunicação chegaram aos locais mesmo antes dos agentes da polícia. Como poderiam saber? Teriam sido avisados com antecedência sobre uma operação sigilosa?

Mais tarde, por volta das 10h30min, na sede da PF, policiais no comando das investigações convocaram uma entrevista à imprensa e forneceram detalhes das operações sobre supostas irregularidades no processo que envolveu a construção da Arena Fonte Nova.

Imagens desses dois momentos foram veiculadas à exaustão nos noticiários de TV da Bahia e do Brasil, e a operação foi repercutida na quase totalidade dos veículos de comunicação.

A operação, conduzida pela delegada Luciana Matutino Caires, foi repleta de efeitos midiáticos, mas frágil no que se refere à investigação, pois a mesma foi atrapalhada, exagerada e arranhou a imagem da Polícia Federal.

BUSCA E APREENSÃO DESNECESSÁRIAS

As investigações sobre a Arena Fonte Nova ocorrem há, pelo menos, 5 anos. Wagner já havia sido convidado a depor e o fez sem interpor nenhuma dificuldade. Ele deixou claro, desde o início, que o faria novamente sempre que fosse preciso, bem como apresentaria a documentação solicitada.

Por isso, chama a atenção a própria iniciativa da operação e a forma como ela foi conduzida. O ex-ministro chegou a ter sua prisão temporária pedida pela delegada, tendo esta sido negada pela Justiça. Não é difícil desconfiar de que os objetivos não declarados da operação foram intimidação e exposição.

O instituto da medida cautelar deve ter como finalidade a preservação de provas. Não existe cautelaridade 5 anos após a instauração de inquérito, coincidindo com ano eleitoral. Sem fatos novos, as colaborações premiadas já estavam disponíveis amplamente nas mídias sociais desde o ano de 2017. E quando investigado, nunca se recusou a apresentar qualquer documento que lhe tenha sido solicitado.

Não existe cautelaridade sem provas. Delação não é prova, nem quando a própria autoridade convoca uma coletiva com ampla divulgação na imprensa para, descumprindo a decisão judicial, divulgar os materiais apreendidos e fazer comentários sobre eles. Já não há, então, o que ser preservado.

Não há cautelaridade quando a autoridade policial, mesmo sem concluir o inquérito, já prematuramente denomina um investigado de indiciado, sem analisar o material colhido. Se já era indiciado, qual o motivo para se fazer busca e apreensão?

A realidade é que não há nada de concreto que aponte direcionamento na licitação e superfaturamento da construção da Arena Fonte Nova ou de pagamento de propina. Pelo contrário, a investigação é carregada de falhas técnicas, incompreensão sobre a Lei de Parceria Público-Privada e erros jurídicos que põem em xeque seus reais objetivos, atacam os direitos fundamentais das pessoas envolvidas e, assim, o próprio Estado Democrático de Direito.

A PPP da Arena Fonte Nova é um sucesso e foi feita de forma completamente regular. Os fatos, como serão vistos a seguir, comprovam isso.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Em 2007, havia a grande expectativa com a possibilidade de o Brasil ser a sede da Copa do Mundo de Futebol da Fifa em 2014, 64 anos após o fiasco de 1950. Da mesma forma que em outras capitais, Salvador passou a pleitear um lugar entre as subsedes.

Havia uma nota muito triste, porém. Pouco tempo depois do anúncio, em 25 de novembro, um desabamento em parte da estrutura da antiga Fonte Nova provocava a morte de sete pessoas. Chorava-se as perdas e desconfiava-se que o tradicional Estádio Octávio Mangabeira – que por anos a fio sofreu com o descaso em sua manutenção – figurasse como uma cicatriz no Centro Histórico de Salvador.

Desta forma, havia muito trabalho a ser feito em relação à Copa.

Em abril de 2008, o governo do estado lança publicamente um PMI (Procedimento de Manifestação de Interesses) com o objetivo de colher propostas que dessem competitividade à nossa capital. Apresentam suas intenções a KPMG, Tecnosolo, Urplan, Ponto Z, Ernst & Young e a Setepla.

É importante frisar que a avaliação das propostas foi feita pela Fundação Instituto de Administração da USP (Universidade de São Paulo), instituição nacionalmente reconhecida por sua expertise no setor.

Havia várias possibilidades, desde erguer um novo estádio na Paralela, até a reconstrução da Fonte Nova. A segunda mostrou-se muito mais racional, pois além de evitar que o antigo estádio virasse um vergonhoso elefante branco, teria o efeito benéfico de impulsionar a revitalização de uma região da cidade, até certo ponto, degradada.

Era uma grande oportunidade para não apenas recuperar uma tradicional praça esportiva, mas sim de criar um grande indutor de desenvolvimento em uma parte sensível da nossa capital. E, para isso, seria necessária uma estrutura moderna, versátil, multiuso e funcional, impossível de ser incorporada às arcaicas instalações do antigo estádio.

Assim, com tais intenções, e sob critérios estabelecidos pela citada Fundação Instituto de Administração da USP, foram escolhidos o projeto arquitetônico da Setepla; o jurídico da MMSO - Escritório Machado Meyer; e o econômico da KPMG.

O próximo passo foi debater com a sociedade. E o diálogo foi dos mais amplos.

Entre junho e novembro de 2009, o projeto da Arena Fonte Nova é apresentado e debatido na Câmara dos Vereadores, na Assembleia Legislativa, nesta Casa, na Câmara dos Deputados, em Brasília e passa pelos crivos do Ministério Público Estadual, Federal, IPHAN, IPAC e CREA. Seja nestas oportunidades de diálogo, seja durante o período em que o Edital da Fonte Nova esteve aberto – entre outubro e dezembro de 2009 –, nenhuma tentativa de impugnação foi feita.

OBRA PÚBLICA OU PPP? Transferência?

Qual seria a modelagem mais apropriada para que a equação eficiência x economia fosse benéfica para os baianos? Os estudos da KPMG Structured Finance S/A, foram categóricos. A empresa, uma das quatro maiores do mundo em sua área de atuação, com vasta experiência em modelagem econômica e financeira de projetos de infraestrutura, concluiu pela Parceria Público Privada.

Os números falam por si.

Caso a Arena Fonte Nova fosse construída como obra pública, os custos chegariam a R\$ 742 milhões. Como PPP, o valor ficaria em R\$ 668 milhões, uma diferença significativa para os cofres públicos de R\$ 74 milhões.

E ainda havia outras vantagens...”

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, eu dou por concluído e quero que chame o primeiro orador, por gentileza.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Na verdade, essa presidência foi condescendente com V. Ex.^a, que pediu para fazer uma comunicação inadiável...

O Sr. Angelo Almeida:- Eu estou fazendo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (...) V. Ex.^a fez um discurso em defesa. Não é uma comunicação inadiável.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, eu estou lendo uma nota técnica que recebi...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas não é uma comunicação inadiável.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, é preciso que o Regimento seja cumprido.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, eu espero que a sessão prossiga, porque eu sou o primeiro inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pronto, vou ser benevolente ainda com V. Ex.^a, que não fez uma comunicação inadiável. O Líder da Oposição chama a atenção, tem as suas razões, mas vou ceder mais 5 minutos como o primeiro orador inscrito do Pequeno Expediente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, é lamentável a decisão de V. Ex.^a, embora eu respeite, porque o orador, na verdade, usou a comunicação inadiável de forma irregular, de forma extremamente abusiva, extremamente contrária ao Regimento. Então, essa deveria ser considerada a sua fala no Pequeno Expediente, vez que a Oposição precisa falar, e da forma que está o orador vai usar 15 minutos de um Pequeno Expediente que dura 30.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu vou fazer o seguinte: botar ordem nessa situação. V. Ex.^a vai fazer os 5 minutos agora, e Angelo volta no lugar de algum inscrito.

(Oradores falam ao mesmo tempo.)

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Presidente, eu estou aqui na condição de Líder da Bancada do Governo, eu tenho o direito. E não pode ser cerceado o direito de fazer comunicação inadiável. V. Ex.^a me conferiu o direito adquirido que tenho, e eu sou o primeiro inscrito. Eu não vou sair daqui! Eu não vou sair daqui, Sr. Presidente. Sinto muito, mas V. Ex.^a não está sendo condescendente com o Regimento da Casa.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu queria ponderar com o deputado Luciano...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Um minutinho só. Um minutinho só para colocar ordem. Deputado Rosemberg Pinto, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu queria ponderar com o deputado que independentemente da discussão anterior com relação à discussão sobre a comunicação inadiável, de qualquer maneira o deputado Angelo é o primeiro orador inscrito...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Ele já usou em dobro esse tempo, porque ele não fez nenhuma comunicação inadiável, Rosemberg!

O Sr. Rosemberg:- O Pequeno Expediente vai iniciar, efetivamente, agora. A presidência da Casa, na minha opinião, tem razão de ser, porque tem uma lista. Se ele fizer essa inversão, eu acho... Eu queria só ponderar com V. Ex.^a. Ele vai falar do mesmo jeito, então ele dá logo continuidade aqui.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- O deputado Luciano é o quinto ou sexto inscrito e quer falar como o primeiro. Não tem sentido isso? Está totalmente contra o Regimento.

O Sr. Rosemberg Pinto:- A gente pode fazer um acordo de Liderança...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu estou, democraticamente, ouvindo. Primeiro, o deputado Angelo pediu para fazer uma comunicação inadiável, não é tema de comunicação inadiável.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- É, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não é! Não é!

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- É subjetivo isso.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não é! Mas eu, obviamente, mesmo aos protestos do Líder, entendi que jamais cercearia V. Ex.^a no Plenário, com direito à palavra. Não foi uma comunicação inadiável, porque essa é uma questão que leva ao Plenário uma questão política. A comunicação inadiável... Não é uma comunicação inadiável.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Claro que é, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas V. Ex.^a fez o seu pronunciamento.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Encerrou.

A Sr.^a Fabíola Mansur:- Presidente, questão de ordem. Eu tenho uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem. Deputado, V. Ex.^a já está na tribuna, conclua o seu pronunciamento, e a sessão segue. Em seguida fala o Líder da Oposição, Luciano Ribeiro.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu lhe agradeço muito.

Bom, senhores, primeiro eu quero externar a minha posição, com muita tranquilidade, de que quando chega uma nota técnica a respeito de um assunto que está sendo debatido na Casa, porque é uma CPI aberta, e a leitura dessa nota técnica... É óbvio que é uma comunicação inadiável.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria dizer que nós temos aqui algumas informações muito relevantes. Sobre ela eu quero deixar claro de que o erro no processo investigativo, na manifestação da forma confusa com que a Polícia Federal atuou – e a sua delegada –, dizer que não houve direcionamento em momento algum.

E quero falar também:

(Lê) “SOBRE A ANÁLISE DO TCE

Utilizado como fonte para atrapalhar as conclusões das investigações, é necessário considerar que o relatório do Tribunal de Contas do Estado da Bahia não é

definitivo. Por vezes, se baseia em informações não oficiais e incorretas; e em nenhum momento quantifica o suposto sobrepreço alegado.

Por descuido ou enorme falha técnica, a autoridade policial usa como base um relatório do TCE que, vale insistir, não é definitivo e cujos questionamentos já foram respondidos pelo governo do estado. Deixando mais claro: a investigação considerou apenas os questionamentos e desprezou as respostas enviadas ao Tribunal.

NÃO HOUVE DIRECIONAMENTO

Na referida entrevista coletiva, foi dito que um item no Edital de Concorrência da Fonte Nova prova que a licitação foi dirigida para que os vencedores fossem as empresas que compõem o consórcio Fonte Nova Participações.”

Senhores e senhoras, reparem o argumento que surge na acusação infundada da delegada. A autoridade policial alegou a exigência de que uma empresa tivesse comprovação de experiência em demolição ou implosão em área urbana com área construtiva mínima de 15.000 m².

Eles acharam que esse artigo, que esse item aqui era para beneficiar algum tipo de empresa; beneficiar alguém. Imagine a responsabilidade de se implodir um estádio como a antiga Fonte Nova, e você não exigir uma especificidade técnica para a empresa que fosse participar. O que ela não observou, lá na frente, é que: (Lê) “Uma implosão malfeita poderia provocar uma tragédia ou, pelo menos, grandes estragos no patrimônio histórico.

Logo, deixar de incluir no edital a comprovação da capacidade técnica para realizar essa ação se aproximaria da irresponsabilidade.”

Sr. Presidente, superada essa questão sobre a necessidade de inclusão deste item, é necessário elucidar outra confusão feita pela autoridade policial: não é verdade que as exigências do edital tinham como objetivo afastar da concorrência outras empresas que não fossem as que acabaram vencendo. Decisão do Tribunal de Contas recomenda essa exigência técnica e considera razoável percentual abaixo de 50%.

Ora, o quantitativo exigido no edital era de 15.000 m², ou seja, exatos 19,3% da área total a ser implodida. Número bem abaixo do teto recomendado pelo TCU.

Então reparem em que confusão essa delegada se envolveu! E mais, como se não bastasse, chega a surpreender que a investigação não tenha se atentado à redação do item 11.8 do mesmo edital, que faculta às empresas interessadas em participar da concorrência, a possibilidade de associação ou apresentação de pré-contrato com empresas especializadas em demolição, como forma de tornar restritivo o edital.

Portanto, Sr. Presidente, é uma falácia esse apontamento de uma autoridade policial, de uma banalidade, sem nenhum cuidado sequer de fazer um estudo correto do que está dizendo o edital. E isso deve estar incomodando muita gente preocupada com a verdade, porque eu não tenho nenhuma dúvida, pela tranquilidade e pelo caráter do homem público Jaques Wagner, que todos esses fatos serão elucidados.

Inclusive, tenho certeza, sobretudo que essa CPI que vai andar aqui nesta Casa será a responsável por desmontar esse castelo, esse teatro criado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Angelo Almeida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Em permuta com o deputado Roberto Carlos, com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Nobres colegas deputados, membros das Galerias, Sr. Presidente da Mesa, primeiro faço aqui a nossa saudação a todos os integrantes do Fórum Social Mundial que encontram-se na Bahia para debater diversos assuntos como: mulheres, movimento negro, a cultura, a educação, a saúde. E quero aproveitar para dizer da nossa satisfação em representar esta Casa, hoje, pela manhã, numa atividade do Fórum Social que recebeu uma comitiva real de três pessoas – dois reis e uma rainha do Benim – que visitaram a nossa heroica, e patrimônio nacional, Cachoeira, berço das lutas pela independência, berço de todas as grandes manifestações culturais e também solo sagrado dos voduns, como nós reconhecemos o Terreiro da Roça do Ventura, maior e primeiro terreiro da Nação Jeje do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui também é para fazer uma Moção de Aplauso à data de ontem, quando se comemorou 181 anos de emancipação de Cachoeira, de vila à cidade. Estivemos lá representando esta Casa numa sessão solene, extremamente concorrida, que teve como orador o professor, mestre em história, negro, jovem, Alfredo Junior. Naquele momento, ele que é um cidadão cachoeirano que clamou pela história viva, presente e futura do seu povo, ao invés de apenas conclamar as histórias do passado – história de heroísmo, sim –, conclamou a permitir que todos os cidadãos cachoeiranos pudessem continuar lutando contra todo tipo de opressão, contra coronelismo, contra perseguições políticas e lutando pela emancipação daquele município, do nosso estado, do país, só podendo ser conseguida através da educação.

Quando lá fez o seu desabafo no fechamento de uma escola em comunidade quilombola, lá estando presente o então gestor daquele município, numa atitude absolutamente desrespeitosa à Câmara Municipal de vereadores – com quem me solidarizo –, conclamou a sua claque a se retirar daquela que era uma sessão solene, por dizer um discurso político.

Quero aqui apresentar na íntegra o discurso desse jovem cidadão cachoeirano que, tenho certeza, serve de inspiração para todas as lutas emancipatórias, civilizatórias, seja de mulheres, de negros, de quilombolas, de indígenas por um país de mais igualdade, de justiça social. Serve para todas as cidades que têm que inspirar a sua juventude a se erguer para definir e glorificar o seu presente e o seu porvir.

Me senti inspirada. Me senti inspirada por esse texto que ora acrescento aos Anais desta Casa, parabenizando o professor Alfredo Junior, ao tempo que me

solidarizando com a Casa municipal daquela cidade, que o escolheu, à unanimidade, como orador.

Num ato de total desvario e descompostura antidemocrática, o prefeito se retira manchando, manchando, de forma inequívoca, uma sessão solene de comemoração aos 181 anos de Cachoeira. Mas como aquele município tem 181 anos de glória na luta contra a tirania, nós estamos aqui para celebrar o aniversário de Cachoeira, celebrar o povo cachoeirano e lembrar frases do seu hino: Ó Cachoeira, terra adorada pelo seu valor. Sempre será desvelada pelo nosso amor abrasador, libertador, porque quem ama não aprisiona ou não impõe vontade ao outro.

Viva Cachoeira! Viva o espírito libertador do povo cachoeirano! Viva a democracia! Abaixo a ditadura que querem impor ao seu povo!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Enquanto V. Ex.^a se dirige, deputado, Luciano Ribeiro... Calma, deputado bispo José de Arimateia. V. Ex.^a vai falar daqui a pouquinho para acalmar os ânimos. Daqui a pouquinho V. Ex.^a fala para acalmar os ânimos e fazer aquela pregação bonita aí na tribuna!

Deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de até 5 minutos, nobre Líder da Oposição.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, as minhas primeiras palavras, Sr. Presidente, são para manifestar aqui o meu profundo protesto pelo que houve aqui. Nós estamos numa Casa de leis, nós estamos aqui para poder fazer com que a ordem seja seguida. E assistir a um colega, de forma arrogante, subverter a ordem, ferir o Regimento Interno para poder com isso fraudar o tempo a ser utilizado. É por demais entristecedor para esta Casa! Portanto fica aqui o meu protesto.

Mas, Sr. Presidente, nós estamos exatamente querendo que as explicações aqui dadas na suposta nota técnica, objeto de uma comunicação inadiável, seja objeto de uma CPI. Uma CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que busca exatamente esclarecer.

E aqueles que se dizem inocentes deveriam ter mais interesse do que nós em participar dessa CPI para provar a sua inocência. E é isso que desejamos, independente de serem adversários ou não, que, ao final da CPI, os fatos demonstrem que não houve nenhuma irregularidade. É isso que nós queremos e por isso que entendemos que esta Casa deve instalar a CPI.

Mas a nossa função, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como Oposição nesta Casa, mas principalmente como representantes do povo baiano, será sempre de fazer com que as nossas prerrogativas sejam respeitadas. E a prerrogativa de fiscalizar o Poder Executivo, nós não abriremos mão. Por isso que nós, da Oposição, estamos encaminhando para solicitar providências e, principalmente, informações sobre dois fatos que surgiram nesta semana, que nos parecem, no mínimo, nebulosos.

A segurança pública, Sr. Presidente, na Bahia, ela é o caos que aí está! A sede de um poder foi atingida – mais ainda, a sala do Líder da Oposição – por uma bala, e até hoje não se ouve uma palavra, não se vê um gesto, seja do governador ou seja do seu secretário da Segurança Pública, para poder, ao menos, buscar esse esclarecimento.

Em uma democracia consolidada em respeito às leis, isso seria motivo extremamente grave, sujeito até à queda daqueles responsáveis que não cumprem com o seu dever de mostrar à sociedade que o Poder Legislativo foi atingido, mas que há esclarecimento para isso. Mais ainda! Aquela bala que entrou pela janela da Oposição, não tinha o destino de calar a oposição na Bahia. É isso que nós queremos do governador e do seu secretário.

Mas na Secretaria de Segurança Pública ainda há uma situação, no mínimo, nebulosa. O governador, no ano de 2012, tomou um empréstimo de 1 milhão e 250 mil. Esse dinheiro adentrou as contas no ano de 2013 e 2015, adentrou os cofres do estado. Mas resta como não gasto a quantia de 246 milhões, que nem consta da conta e nem consta como gasto do governo.

Queremos saber e estamos encaminhando um ofício de representação ao Ministério Público, ao TCE e também ao governo do estado para que esclareça essa situação. Nós entendemos que deixar de gastar aquilo que se tomou como dinheiro para a segurança pública, num momento desse, ou usar em outra função, que seria desvio também de função, é extremamente grave!

Mais ainda: estamos também encaminhando ao Ministério Público, encaminhando ao TCE solicitações e representações para poder esclarecer sobre os gastos com o Festival Combina MPB, em torno de R\$ 2,2 milhões, que foram pagos à Empresa Bananeiras Produções e Eventos, que é da família do cantor e compositor Gilberto Gil: da sua esposa Flora, do seu filho Bem Gil e de Fafá Giordano. Ou seja, esse dinheiro, que foi pago sem licitação, sem contrato prévio, foi pago sob o regime de indenização, posterior ao evento, numa circunstância extremamente suspeita.

Nós, da Oposição, não queremos só esclarecer as questões da Fonte Nova, que, ao contrário do que aqui foi dito – que custou 600 milhões –, custou R\$ 2,1 bilhões aos cofres públicos. Queremos também esclarecer isso...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Onde viu isso?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Peço para concluir, Sr. Presidente.

O deputado Rosemberg me perguntou onde eu vi isso? Eu vi, exatamente, da leitura e da compreensão da PPP que foi feita. O governo está pagando, deputado Rosemberg, embora o TCE já tenha considerado esse contrato irregular, mais de 150 milhões/ano à Arena Fonte Nova, irá pagar até o ano de 2028. É daí que eu fiz a conta, somei e lá encontrei R\$ 2,1 bilhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): O.K., deputado Luciano Ribeiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Sobre a comunicação inadiável, eu quero dizer que há alguns equívocos, inclusive, no Regimento. São dados 10 minutos, mas o objeto da comunicação pode ser feito em 30 segundos. Angelo Almeida usou 10 minutos, mas ele poderia, ao final da fala dele, dizer: “Comunicação inadiável que o secretário Wagner vai renunciar”. Essa, sim, seria uma comunicação inadiável.

Agora, quem está presidindo... você não tem como dizer que o parlamentar não vai fazer uma comunicação inadiável, ele pode deixar isso para fruto do final do seu pronunciamento. Então, essa é uma questão política que a gente só vai saber, ao final dos 10 minutos, se foi ou não tema para uma comunicação inadiável. Acho que há um equívoco, inclusive, no Regimento da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado bispo José de Arimateia Coriolano de Paiva.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, eu venho a esta tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, para fazer dois importantes registros. Primeiro: quem chegou a esta Casa nesta manhã viu, no estacionamento da Assembleia Legislativa da Bahia, uma Feira de Adoção Animal. Essa mobilização foi idealizada por este deputado; já é a quarta feira de adoção que nós realizamos nesta Casa.

(Lê) “Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 44,13% dos lares brasileiros têm ao menos um cão em residência, ou seja, a população de cachorros nas casas totaliza 52,2 milhões. Mesmo com essa quantidade exemplificada, ainda existem mais de 20 milhões de cães vivendo nas ruas das grandes metrópoles, como mostra a Organização Mundial de Saúde. A Feira de Adoção Animal reuniu animais, entre cães e gatos...” Por quê? Porque hoje, 14 de março, é o Dia Nacional dos Animais.

Como defensor desta causa desde 1999, quando cheguei, Sr. Presidente, a esta Casa, eu não poderia deixar esta data passar em branco. Eu tenho seis animais na minha residência. Seis animais! Todos foram adotados. Eu estou falando isso porque, Sr. Presidente, não adianta nós falarmos daquilo que a gente não vive. Então, gostaria de deixar isso aqui registrado.

Sr. Presidente, também não posso deixar de registrar, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e Institutos de Pesquisas Afins na Bahia, que também celebramos neste dia 14 o Dia da Incontinência Urinária. É um dia em que não podemos deixar de chamar a atenção da população.

(Lê) “A incontinência urinária se caracteriza pela perda de urina que o indivíduo não consegue controlar. Existe dificuldade para a coleta de dados exatos sobre quantas pessoas sofrem com este mal, pois muitos não contam a ninguém sobre seus sintomas por se sentirem envergonhados ou ainda por acharem que nada pode ser feito para tratar o problema que, além de físico, pode afetar psicologicamente.

O objetivo de salientar o Dia da Incontinência Urinária é sensibilizar a população de maneira geral para essa patologia e alertar para os modos de identificar

o problema, os tratamentos apropriados e os impactos negativos na qualidade de vida das pessoas afetadas, além do principal que é a prevenção.”

Por isso, Sr. Presidente, como presidente da Frente Parlamentar, informo que realizaremos nesta Casa uma audiência pública que abordará, de maneira detalhada, esse importante tema. Essa audiência, que será no dia 21 de março, quarta-feira, das 9h às 12h, no Plenarinho desta Casa, tem o objetivo de chamar a atenção da população e também do poder público, do secretário da Saúde do estado, do governo do estado, do prefeito, do secretário municipal, para que possam agir para a prevenção, pois, Sr. Presidente, esse problema, segundo os dados, tem sido crescente a cada dia que passa.

Então, era isso que eu gostaria de registrar. Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. Mais uma vez, gostaria de registrar que neste dia 14 celebramos o Dia Nacional dos Animais e o Dia da Incontinência Urinária.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fui regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K., parabéns pelo pronunciamento, 14 de março, Dia Nacional dos Animais, V. Ex^a que defende muito bem essa causa, ao lado do deputado Marcell Moraes, e o Dia da Incontinência Urinária.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Zó, que também deve comemorar o dia de hoje.

O Sr. ZÓ:- Presidente, como houve aqui essa discussão mais acalorada entre os colegas deputados Luciano Ribeiro e Angelo Almeida, primeiro, quero dar todo o apoio ao ex-governador Jaques Wagner. Antes de entrar no meu discurso, devo dizer que gostaria muito que no Brasil fosse: “Contra fatos não há argumentos”; mas aqui é: “Contra fatos há argumentos”. Se é com Temer, dizem que uma mala de dinheiro não tem nada a ver; quando é com a gente, é totalmente diferente.

Então, queria fazer este registro, com muita tranquilidade, porque hoje é o Dia da Poesia, e eu sou de Juazeiro da Bahia, terra de João Gilberto, Ivete Sangalo, Luiz Galvão, Manuca Almeida, que no ano passado nos deixou. E eu queria fazer este registro começando com uma poesia de Galvão – cadê o bispo Arimateia? Está aqui? – que diz assim: “Enquanto um pássaro voa um outro pousa. Deus! Deus ama a todos, mas curte mais quem ousa. Renovar é o viver da cor, trazendo o som dos asteroides sonhos, dando asas às tonalidades alegres e suaves para cantar como pássaros e voar como naves”.

Por que eu estou falando assim? Porque estou feliz, não é Pablo? Pablo disse: “Em sua terra está chovendo.”

E o sertanejo é assim, mas não é só por isso! O Lago de Sobradinho está enchendo – já estamos com 27% –, está vindo muita água do Oeste, de Minas Gerais, com a perspectiva de que possamos ultrapassar os 35% e chegar a pelo menos 40%, o que para nós tem um fator importante. A chuva é importante em todo lugar, mas no sertão ela é sagrada.

Eu queria fazer o registro dessa importância hoje. Mas também queria, neste momento, agradecer ao governador Rui Costa e fazer um registro especial, porque aqueles recursos do empréstimo, deputados Rosemberg, Gika, Angelo, que nós aprovamos aqui, depois de tanta briga, tanta luta, tanto entrave político, pois ele saiu via Justiça, mas saiu. E nós estamos recuperando as estradas do Norte da Bahia: BA-210, de Paulo Afonso a Sento Sé, que já está sendo recuperada; a estrada para Lagoa do Padre, interior de Pilão Arcado, foi autorizada no último sábado pelo governador Rui Costa na minha cidade querida de Pilão Arcado.

Mas eu protocolei pedidos que sei que vão ser atendidos. Alguns, coisas pequenas, mas que são importantes para o corredor produtivo, que é o acesso a Chorrochó, que foi um pedido nosso. São 10 quilômetros do acesso a Chorrochó, da BR-116 até Chorrochó, na 310. Ainda os acessos de Pau-a-Pique, na 722, até a 235; de Bem-Bom, na 723; e os acessos dos projetos irrigados, Mandacaru, Maniçoba e Itamotinga, até a BA-210. São os corredores produtivos dos projetos irrigados que produzem frutas que alimentam a Nação brasileira e até o exterior.

Mas há uma questão importante de que queria tratar aqui, que é a BR-324, também administrada pelo estado, que liga Remanso à divisa com Piauí, no município de Dirceu Arcoverde. Estive com os vereadores Marechal, Didi, Joãozinho e Humberto, em Remanso, com o nosso líder político Marcos Palmeira e com diversos comerciantes. A recuperação dessa estrada é importantíssima para a economia de Remanso. E é preciso atenção! Já há recursos, já há discussão da elaboração do projeto, mas é importante que ela saia. Por quê? Porque a ligação dessa estrada com o município de Remanso e a divisa do Piauí, no município de Dirceu Arcoverde, vai facilitar, principalmente, o escoamento e o trânsito de mercadorias e vai fortalecer a economia de Remanso.

Essa estrada há anos tem problemas e buracos, há anos tem dificuldade de tráfego. São só 42 quilômetros que precisam ser recuperados para que aquela cidade, que tem passado por problemas difíceis, porque a administração que está lá agora atrasa salários, cria dificuldades para o servidor... Criou expectativas e não está cumprindo. E tem esse problema dessa estrada, o que dificulta ainda mais a vida daqueles cidadãos.

Então, conversei com o governador Rui Costa e com o secretário Marcus Cavalcanti também. Vamos fazer uma força-tarefa para recuperar aquela estrada, para que a economia de Remanso possa ganhar força e atender aos interesses daquela comunidade.

Então, queria fazer esse registro, Sr. Presidente, em nome da população do Norte da Bahia, agradecendo ao governador, mas pedindo que ele dê esse reforço na estrada de Remanso até a divisa com Piauí, no município de Dirceu Arcoverde.

Muito obrigado. A chuva está caindo, e nós estamos alegres no sertão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Valeu, deputado Zó!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pablo Barrozo:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu pedi essa questão de ordem para deixar registrado o falecimento, a perda de uma pessoa que foi muito importante nesta Casa Legislativa, o parlamentar Sebastião Castro, conhecido por todos nós como Tião. Ele esteve aqui durante dois mandatos. Médico, professor, nascido em Vitória da Conquista, ele nos deixa, com muita tristeza, no dia de hoje.

Ele foi parlamentar, iniciando no Partido Democrático Trabalhista e depois pelo MDB, PMDB do deputado Leur Lomanto, mas aquele MDB mais histórico. Eu sei que não é do seu período. Foi Líder, inclusive, do PMDB aqui na Casa; secretário-geral da Mesa Diretora da Assembleia Constituinte desta Casa; e deputado destaque por 3 anos consecutivos, escolhido pela imprensa da época.

Então, eu queria deixar registrada essa perda de um grande democrata, que quando foi estudante aqui, participou de momentos importantes na luta contra a ditadura militar. E em Vitória da Conquista foi muito importante para todos nós daquela região. Certamente também aqui, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, inclusive participando daquela Assembleia Constituinte no estado da Bahia.

Por isso, queria deixar registrado o nosso pesar, à sua família e amigos. Tenho convicção de que a deputada Fabíola Mansur o conheceu, foi médico contemporâneo dela; assim como o deputado Zé Raimundo, lá de Vitória da Conquista; o ex-deputado Herzem Gusmão, prefeito de Vitória da Conquista; e o deputado Luciano Ribeiro, amigo também de nosso Tião, que nos deixa hoje.

Obviamente nos deixou do ponto de vista físico, mas continua na história do Parlamento baiano, como um parlamentar que foi importante para esta Casa, e na história da Medicina. Por isso, queria deixar registrado, neste momento, o pesar de todos nós pelo falecimento de Sebastião Castro.

Aproveito este momento para solicitar uma verificação de quórum da presente sessão, uma vez que não há mais orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Há o pedido de verificação de quórum de V.Ex.^a, e o deputado Pablo Barrozo também pediu uma questão de ordem. Mas, entre uma e outra, eu vou pedir 1 minuto de silêncio pelo falecimento do ex-deputado Sebastião Castro.

(O Plenário faz 1 minuto de silêncio.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K.

Pela ordem, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, na concessão da minha questão de ordem, eu queria pedir a V. Ex.^a que estabelecesse os 15 minutos regimentais para fazer a verificação do quórum. Mas eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar o município de Santo Amaro pelos 181 anos. O aniversário do município aconteceu ontem.

Santo Amaro da Purificação é um município que no coração e na alma dos baianos significa muito. É um município que, de uma forma muito especial, singular, atipicamente tem a ver com boa parte da cultura, através de grandes nomes da poesia, da literatura, das canções, da música. E é um município que tem a ver com a nossa história, com os primeiros momentos da história do nosso estado e merece todas as congratulações e os parabéns.

Ontem, o prefeito de Santo Amaro, Sr. Flaviano, mostrou mais uma vez que tem dignificado o município que é a voz da nossa Bahia e tem feito um belíssimo trabalho. E ontem pudemos ver frutos desse trabalho sério e competente que há muito não se via em Santo Amaro, que teve dias de pura tristeza nos últimos anos com a administração do ex-prefeito, que parecia mais uma administração voltada para a família do que para os interesses do município.

Portanto, fica o registro do aniversário de 181 anos de Santo Amaro.

E queria também me solidarizar com o município de Simões Filho, que nesses dias recebeu o governador Rui Costa. Ele, mais uma vez, demonstrou que – além de não respeitar a ordem e as leis, a exemplo das emendas impositivas e das propagandas fora de época, que estão sendo feitas através de anúncios, como o Papo Correria, agora, sem que a legislação permita – é um governador que faz uma pesquisa que todos os baianos estão acostumados a receber: uma propaganda extemporânea no *WhatsApp*, perguntando se você aprova tal ou tal ação do governo do Estado. E quando você vai ver, até as ações listadas na propaganda são mentirosas, as ações não existem. E aqui eu tenho provas. Inclusive, iremos discutir na Bancada da Oposição sobre essas propagandas fora de época de um governo que não se sustenta em obras e ações e quer fazer propaganda do que não faz.

(Algum deputado se manifesta fora dos microfones.)

Pois é.

O deputado Zó já falou da chuva, já fez poesia e, aqui, acariciou o nosso coração, que estávamos aqui a assistir. Mas a vida não é só feita de chuva, de poesia, de coisas boas, a vida também tem os momentos duros.

E nós vivemos momentos duros e tristes aqui na Bahia, porque temos um governador que, além de não respeitar as leis, não respeita o seu povo. Porque, recentemente, nesta semana, quando foi imensamente vaiado pela população de Simões Filho, ele não soube ouvir a voz da população. Imediatamente chegou para o prefeito Dinha – um prefeito que, hoje, é aclamado pela população, que derrubou uma dinastia de coronéis no município de Simões Filho, que tem feito uma belíssima administração – e, da forma ditatorial como está acostumado a fazer, disse que qualquer ato que acontecesse naquele município seria responsabilidade do prefeito. O prefeito, de pronto, pegou o microfone, defendeu o seu povo, mostrando que o povo de Simões Filho é um povo ordeiro, honesto e que estava ali apenas, através da voz, revelando seu sentimento. E o sentimento era um sentimento do povo de Simões Filho. E sabem qual é? É daquele que recebe um governador que não soube cuidar dos seus filhos, não soube cuidar. E Simões Filho é um dos municípios do Brasil –

não só da Bahia – onde o pobre, o negro e os jovens mais morrem. É um dos municípios mais violentos da nossa Federação, graças a esse governo incompetente.

Portanto, governador, quando V. Ex.^a for a Simões Filho fazer uma visita, faça uma reflexão e lembre-se que, naquele município, a cada dia morrem muitos jovens, morrem muitos inocentes, fruto da sua política frustrada no combate à violência.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V. Ex.^a mantém o pedido dos 15 minutos?

O Sr. Pablo Barrozo:- Mantenho.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, abram os 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, me inscreva, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Está inscrito o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Zó:- Inscreva-me também.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Um minutinho só, deputado. V. Ex.^a vai falar, está com muita vontade de falar, mas enquanto os Srs. Parlamentares vão dando suas presenças, faço minhas as palavras de Pablo Barrozo em relação a Santo Amaro da Purificação, terra de Assis Valente, terra de Caetano Veloso, de Maria Bethânia, terra do Rio Subaé, do querido amigo prefeito Flaviano Rohrs Bomfim e do vice Justino Oliveira. Eu me lembro daquela música: “Eu pensei que todo mundo fosse filho de Papai Noel...”, Boas Festas, de Assis Valente, bom santamarense.

Nos 15 minutos, ele pediu: Rosemberg Pinto.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Depois V. Ex.^a me inscreva.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu na realidade até iria abrir mão desse tempo, mas o deputado Pablo manteve. E foi importante até para o deputado Pablo, porque é um esclarecimento sobre vossa intervenção, porque eu estava em Simões Filho. Primeiro, V. Ex.^a não está sendo – deixe eu encontrar o adjetivo aqui – feliz com a sua colocação em relação às emendas impositivas. Porque lá foram entregues diversos equipamentos a parlamentares da Oposição, a exemplo de emendas do deputado Heber Santana, do deputado Fábio Souto e de vários deputados – estou falando como exemplo aqui, porque posso citá-los. Ontem falei com eles aqui, para não, obviamente, citar outras pessoas com quem eu não tinha falado publicamente – que foram entregues naquele local.

Outra coisa, V. Ex.^a não participou, não sabe efetivamente do evento. O governador não foi vaiado na cidade de Simões Filho, outras pessoas foram, mas o governador, não. Eu estava presente...

(Algum deputado se manifesta.)

Na tribuna, anunciar não é sinônimo de que... Na tribuna de Simões Filho menos ainda. (Risos) Na realidade, o que aconteceu naquele episódio, naquele momento, foi – você perde seus 5 minutos – uma ida do governador para fazer diversas entregas à sociedade; e o prefeito mobilizou os servidores da prefeitura, porque tinha diversos secretários lá na frente estimulando ações, na minha opinião,

que não eram condizentes com aquele momento institucional. Foi exatamente na hora em que fui falar que o prefeito Dinha teve uma iniciativa, na minha opinião, naquele momento, correta, porque a responsabilidade seria efetivamente dele se houvesse qualquer tipo de tumulto. Foi lá e pediu às pessoas, aos funcionários da prefeitura que estavam lá, para evitar que criassem tumulto e constrangimento para as pessoas. Lá não só estavam representantes do governo como representantes de oposição.

Então, foi uma situação um pouco constrangedora para o prefeito, não foi para o governador, foi para o prefeito. Graças a Deus, eu acho que depois das intervenções de todos nós, inclusive do prefeito, é que as coisas se assentaram; o governador fez as entregas que eram necessárias serem feitas naquele momento; e saímos em paz. Inclusive o governador anunciou uma policlínica; anunciou o SAC para a cidade de Simões Filho; anunciou um investimento de R\$ 25 milhões, através da Embasa; pediu a ele, ao prefeito – eu quero pedir a V. Ex.^a também, já que faz parte do leque de alianças do seu partido no plano nacional –, que o Ministério da Cidade libere o dinheiro da Funasa para o investimento na cidade de Simões Filho, uma obra que será executada pela Embasa. Foram anunciadas diversas ações.

Então, na realidade foi um momento, uma disputa política que está acontecendo. Lamento, certo, que o prefeito tivesse chamado os seus secretários, estimulado uma movimentação que, na minha opinião, não é condizente; e a população de Simões Filho, que é uma população ordeira, educada, sem dúvida alguma, não iria sair feliz. Acho que por isso o prefeito acabou voltando atrás e pedindo que houvesse uma situação de tranquilidade naquele episódio. Então, foi esse o fato que aconteceu lá.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K. Agora o deputado Sidelvan de Almeida Nobrega.

O Sr. Sidelvan Nobrega:- Obrigado, presidente, eu quero parabenizar e me solidarizar com o deputado Pablo Barroso e com V. Ex.^a... Dessa cidade tão importante da nossa Bahia que é Santo Amaro, parabenizar também pelo seu aniversário. E dizer que o deputado Rosemberg Pinto, eu acho que ele ainda estava acordando quando esteve em Simões Filho, porque o governador realmente foi vaiado lá, inclusive a imprensa divulgou isso, o governador foi descortês com o povo de Simões Filho e depois quis dizer ao povo que estava ali para trazer isso, isso e isso para o município.

Na verdade, Rosemberg, nós estamos sabendo que o governador está assinando um monte de documentos de ordens de serviços, e na verdade não vai cumprir nada. E outra coisa que eu quero denunciar aqui: as nossas emendas impositivas, presidente, estão sendo roubadas, porque a Serin, através do governador, deu uma ordem para que as ambulâncias, os tratores e todos os equipamentos, que são de emendas impositivas nossas, sejam entregues apenas nas mãos do prefeito. Eu tive um problema desse na cidade de Dias D'Ávila...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- (...) nós fomos lá, a ambulância era nossa, emenda impositiva nossa; e aí o prefeito não pôde estar presente, mandou o seu representante

– nós tiramos foto da ambulância – que disse ao povo de Mata de São João que essa ambulância era de emendas impositivas nossas. Para minha surpresa, essa ambulância foi entregue para outra pessoa. E até agora nem a Serin, nem o governo do estado e nem o secretário de Saúde nos deu uma posição disso.

O governador, na verdade, ele quer aparecer na foto com os prefeitos para dizer que ele está bem na fita, quando na verdade nós estamos recebendo, deputado Rosenberg... V. Ex.^a tem que olhar as notícias. Um rapaz lá da cidade de Sento Sé, de um lugar dos mais longínquos do nosso estado, me mandou uma pesquisa divulgando como está o nosso governador. Está aqui na pesquisa: Neto lidera a disputa com 54,5%, e o governador Rui Costa do PT aparece em segundo com 24,1%.

Ora, nós temos o prefeito mais bem avaliado do Brasil, mais bem avaliado do Brasil, que disse que ainda não tomou a decisão de ser candidato a governador, e já aparece nas pesquisas com 54,5%. Enquanto que o governador Rui Costa, usando a máquina do estado, usando a máquina do estado, mentindo na sua propaganda e dizendo que é candidato à reeleição, só aparece com 24,1%. Ora, Sr. Governador, sua equipe está muito fraca. A Bahia precisa dessa mudança, deputado Zé Neto, porque V. Ex.^{as} estão com os dias de vocês contados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K. O deputado Zé Neto chegou um pouco atrasado, apressado, corrido, esbaforido. Quer chegar a 300 mil votos, né? Aí tem que correr mesmo, não é? Mas V. Ex.^a terá êxito.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro, quero dizer ao nosso querido amigo.... Não, presidente, eu faço parte do time da correria. Aí a gente anda na correria.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora, mesmo sendo da correria, não deixe de marcar a presença, não.

O Sr. Zé Neto:- Já marquei de manhã.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não marcou, não.

O Sr. Zé Neto:- Tem alguma coisa aí.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Está no processo de verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Ah! Certo, certo, certo! Sr. Presidente, primeiro, eu sou do time da correria, e na correria temos que ocupar os espaços como for.

Outra, quero dizer ao meu amigo deputado Sidelvan que ele ainda acredita em Papai Noel, acredita em Branca de Neve, Sete Anões, acredita em Curupira e acredita também em pesquisa realizada no ano passado. (Risos) Mas desejo a ele que tenha muito êxito na sua campanha à reeleição, e não desejo o mesmo para o candidato dele na disputa a governador do Estado.

Espero que seja, inclusive, ele, para a gente dar uma “sulavada”, daquela bem dada, para mostrarmos a esse povo que pensa que o povo é besta e que pensa que o povo não enxerga... Esse povo que hoje está apoiando Temer, que hoje está aí com

aqueles que foram contra os trabalhadores na Reforma da Previdência, que estão novamente perseguindo a Bahia, mais uma vez agora, no empréstimo de US\$ 200 milhões do Banco Europeu.

Infelizmente, nós, mais uma vez, deputado Rosemberg, estamos sofrendo com a perseguição implacável daqueles que não aprenderam na política. Eu vi agora há pouco V. Ex.^a reclamando que precisam ser entregues mais ambulâncias, mais tratores, mais cumprimentos da emenda impositiva.

V. Ex.^a está lembrando de que essa emenda impositiva foi aprovada aqui pela Bancada do Governo, um projeto de lei, inclusive, de um deputado do Governo?

Então, é para V. Ex.^a entender que nós trabalhamos com o pé no chão, com republicanismo. E isso é muito diferente da perseguição que, inclusive, já gerou uma perda para a Bahia de cerca de R\$ 1,3 bilhões só no ano passado.

A gente tem assistido, inclusive, às peripécias que são feitas pelo governo de São Paulo, que não servem de exemplo para nada. Governo esse que dá sustentação ao presidente Temer – presidente, não: ao impostor do Temer, porque não posso considerar ele presidente com tanta fraude, com tanto golpe, com tanta irregularidade, com tanta ilegitimidade. Eu diria assim: o ilegítimo que ora preside o Brasil, infelizmente, tem todo apoio do Alckmin, que é ligado a V. Ex.^{as} e é ligado a todo esse sistema carcomido de uma política atrasada que aqui na Bahia se repete na mão daquele que pensa que vai fazer uma boa disputa conosco.

Só posso dizer a V. Ex.^{as} que espero, sim, que venham. Agora, a primeira coisa que ele tem que aprender a fazer com o povo da Bahia é respeitar o povo da Bahia e destravar lá os US\$ 200 milhões que estão travados agora, mais uma vez, como se não bastasse o fato de termos de ter ido à Justiça. Fomos à Justiça para liberar um empréstimo de R\$ 600 milhões junto ao Banco do Brasil. Infelizmente, passamos quase um ano lutando, até na Justiça, para que esse recurso fosse liberado.

A Bahia hoje tem 0,58% da sua receita corrente líquida comprometida com dívida. Para V. Ex.^a ter noção do que estou dizendo, o estado que tem menos comprometimento de dívida no Brasil é o estado de Santa Catarina, com 0,54%. E nós estamos com 0,58%. Para ter noção do que é isso, o Rio de Janeiro tem 2,3%; São Paulo tem 1,8%; Rio Grande do Sul tem 2,3%. A gente tem metade de uma receita corrente líquida, praticamente.

Portanto, temos R\$ 9 bilhões de caixa para pedir emprestado. E lá estamos sofrendo, mais uma vez, com a perseguição implacável dessa turma do DEM, comandada pelo prefeito de Salvador, junto aos tucanos, junto a esses conservadores que pensam que o Brasil vai voltar a essa situação imposta, esses dias, por um golpe.

Então, vamos adiante, vamos ter uma eleição limpa e vamos fazer com que a democracia possa mostrar, realmente, o que o povo precisa, o que o povo quer, com legitimidade...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Acabou a sessão, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- (...) dentro da legalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Um abraço, fica com Deus, que ele é maravilhoso.

Está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.